

Plano Estadual de Comunicação do Programa Estadual de Vigilância para Febre Aftosa – PEEFA

**Agência de Defesa
Agropecuária do Estado do PI**

ADAPI



Piauí - 2023

ADAPI



Plano Estadual de Comunicação do Programa Estadual de Vigilância para Febre Aftosa - PEEFA

Grupo Gestor do Plano Estratégico 2017-2026 do PNEFA no Estado do Piauí

Secretaria de Assistência Técnica e Defesa Agropecuária - SADA

Agência de Defesa Agropecuária do Estado do Piauí – ADAPI

Gerência de Defesa Animal – GEDA

Coordenação de Defesa Animal - CDA

Coordenação do Programa Estadual de Vigilância para Febre Aftosa – PEEFA

Coordenação de Educação sanitária

“A Instrução Normativa nº 48, de 14 de julho de 2020 aprovou as diretrizes gerais para a vigilância da febre aftosa com vistas à execução do Programa Nacional de Vigilância para Febre Aftosa (PNEFA), objetivando “criar e manter condições necessárias para garantir a condição de livre de febre aftosa, por meio do fortalecimento dos mecanismos de prevenção e detecção precoce da doença” (BRASIL, 2020).

Dentre as diretrizes do Plano Estratégico 2017 – 2026 do PNEFA, Está inserida a “Educação e comunicação social em saúde animal” como um dos pilares para a manutenção da condição do Brasil de livre da doença, que prevê uma série de ações a serem sustentadas por iniciativas educacionais e de comunicação social estruturadas, que favoreçam o êxito do Programa. Nesta temática está inserido o **Plano Nacional de Comunicação do PNEFA**, que traz uma abordagem geral sobre os temas, as principais estratégias e outros e outros elementos que devem ser desenvolvidos, de acordo com o público-alvo e as condições regionais em relação ao PNEFA. A partir destas diretrizes o Grupo Gestor do Plano Estratégico 2017-2026 do Programa Nacional de Vigilância para Febre Aftosa - PNEFA no estado do Piauí do Piauí elaborou o seu **Plano Estadual de Comunicação do PEEFA**, com uma abordagem geral sobre as principais estratégias e ações a serem adotadas de acordo com cada público-alvo.

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	05
2	REVISÃO DE LITERATURA	07
3	OBJETIVOS	08
3.1	Gerais	08
3.2	Específicos.....	08
4	Público Alvo.....	09
5	Parceiros.....	09
6	Resultados Esperados.....	10
7	Pesquisa de Percepção do Produtor Rural Piauiense.....	10
7.1	Metodologia da Pesquisa	11
7.1.1	Área de estudo.....	11
7.1.2	Tipos de Perguntas abordadas	11
7.1.3	Coleta de dados	12
7.1.4	Período de operacionalização da coleta de dados	12
7.2	Resultados e Discussão	12
7.2.1	Locais da pesquisa	
7.2.2	Respostas das Entrevistas	13
7.3	Conclusão	23
7.4	Pontos importantes a serem considerados no Plano de Comunicação.....	23
8.1	Vigilância da febre aftosa em ruminantes e suínos.....	24
8.2	Monitoramento dos fatores de risco relacionados à introdução e disseminação da febre aftosa e medidas de prevenção	24
8.3	Atuação em caso de ocorrência de febre aftosa.....	24
8.4	Transição das UFs de zona livre com vacinação para zona livre sem vacinação contra febre aftosa	25
9.0	Plano Operacional de Comunicação	25
10	Monitoramento e Avaliação.....	32
11	Prazos	32
12	REFERÊNCIAS	34

1.0 INTRODUÇÃO

As ações de controle e erradicação da febre aftosa no Brasil possuem mais de sessenta anos e foram fundamentais para o fortalecimento do serviço de defesa sanitária animal, contribuindo para a melhoria gradativa da situação sanitária do rebanho (BRASIL, 2009).

A Instrução Normativa nº 48, de 14 de julho de 2020 aprovou as diretrizes gerais para a vigilância da febre aftosa com vistas à execução do Programa Nacional de Vigilância para Febre Aftosa (PNEFA), objetivando “criar e manter condições necessárias para garantir a condição de livre de febre aftosa, por meio do fortalecimento dos mecanismos de prevenção e detecção precoce da doença” (BRASIL, 2020a).

Atualmente, a Vigilância em Saúde Animal está em evidência nos debates internacionais e vem sucessivamente transformando-se no principal alvo de políticas públicas, pois de acordo com a Organização Mundial de Saúde Animal (OMSA), aborda operações sistemáticas e consecutivas de coleta, verificação e análise dos dados de saúde animal, bem como a propagação de informações em tempo hábil para que ocorram as ações de controle e contenção das doenças animais (BRASIL, 2020b).

As ações de Vigilância em Saúde Animal no Estado do Piauí tiveram início com a criação da ADAPI, em 2006. Gradativamente, a Vigilância em Saúde Animal foi se organizando seguindo as diretrizes de cada programa de saúde animal. O Programa Estadual de Vigilância para a Febre Aftosa (PEEFA) tem como objetivo erradicar a febre aftosa do território piauiense e sustentar essa condição sanitária, por meio da implantação e implementação de um sistema de vigilância apoiado na manutenção das estruturas do serviço veterinário oficial e participação da comunidade.

Em 2017, o Ministério da Agricultura Pecuária e Abastecimento (MAPA) publicou o Plano Estratégico do PNEFA, cujo objetivo principal é “criar e manter condições sustentáveis para garantir o *status* de país livre de febre aftosa e ampliar as zonas livres de febre aftosa sem vacinação, protegendo o patrimônio pecuário nacional e gerando o máximo de benefícios aos atores envolvidos e à sociedade brasileira”. Este plano prevê a substituição gradual da vacinação contra a febre aftosa pela vigilância em todo o Brasil. As ações previstas estão agrupadas em quatro componentes: ampliação das capacidades dos serviços veterinários, fortalecimento do sistema de vigilância em saúde animal, interação com as partes interessadas no programa de prevenção da febre aftosa e realização da transição de livre com vacinação para zona livre sem vacinação em todo o país (BRASIL, 2019).

O Piauí prepara-se para suspender a vacinação contra a febre aftosa, segundo o previsto no Plano Estratégico do PNEFA 2017 – 2026. A vacinação contra a febre aftosa será substituída pela vigilância das doenças vesiculares e para que este planejamento tenha sucesso serão necessárias algumas melhorias, tais como, a organização do serviço, reestruturação e capacitação das pessoas envolvidas neste processo. A substituição da vacinação por ações de vigilância para a febre aftosa exige planejamento e fortalecimento de medidas preventivas que minimizem os riscos sanitários. Portanto, as ações de educação e comunicação social em saúde animal são fundamentais para os produtores rurais e comunidade sobre as ações do programa de vigilância para febre aftosa, sendo fator primordial para ajudar a minimizar os riscos de reintrodução do vírus da febre aftosa no Estado do Piauí.

O Plano Estadual de Comunicação do PNEFA do estado do Piauí foi elaborado com base na pesquisa de Percepção do Produtor Rural Piauiense sobre a Febre Aftosa, executado pelo SVO e conduzida pelo ponto focal do estado, fazendo um diagnóstico na primeira fase, sendo este documento parte integrante do processo de educação sanitária, cuja função é detectar o problema sanitário, entender sua dimensão de natureza e verificar os elementos causadores e condicionantes do problema em função da conduta dos sujeitos (IMPROTA, 2020).

Perante a transição de *status* sanitário houve a necessidade de realizar a pesquisa de percepção do produtor rural piauiense com o objetivo de conhecer o perfil do produtor rural piauiense quanto às percepções sobre as práticas relacionadas ao programa estadual de erradicação e prevenção da febre aftosa, bem como pela promoção da educação e comunicação social em saúde animal. O Plano Estadual de Comunicação do PNEFA no Piauí, torna-se importante para que o estado possa planejar e conduzir da melhor forma as ações educativas associadas à vigilância das doenças vesiculares com ênfase em febre aftosa, possibilitando notificações precoces das doenças vesiculares no território piauiense, com ações imediatas de contenção de possíveis focos, contribuindo com o desenvolvimento da cadeia produtiva da bovinocultura e crescimento do agronegócio do Piauí e do País.

2.0 REVISÃO DE LITERATURA

A febre aftosa é ocasionada por um vírus da família *Picornaviridae*, gênero *Aphthovirus*, ocorrendo sete sorotipos imunologicamente diferentes: O, A, C, SAT1, SAT2, SAT3 e Asia1. O vírus se mantém ativo sob refrigeração e congelamento, mas pode ser inativado em temperaturas superiores a 5°C. É sensível a pH < 6 ou > 9. (PANAFTOSA, 2007).

As espécies suscetíveis ao vírus da febre aftosa pertencem à ordem *Artiodactyla* e incluem como hospedeiros, as espécies domésticas, os bovinos, bubalinos, suínos, ovinos e caprinos e entre os animais silvestres os javalis, capivaras, cervídeos, bisões, búfalos africano, elefantes, girafas, lhamas, alpacas e camelos. O vírus pode ser transmitido por meio do contato direto ou indireto com secreções ou excreções de animais contaminados. Os bovinos são as espécies mais suscetíveis à infecção pela via respiratória e os suínos pela via digestória. O vírus pode permanecer por 24 a 48 horas no trato respiratório de humanos (BRASIL, 2020c).

Os principais sinais clínicos da febre aftosa são febre e vesículas que progridem para erosões na boca, narinas, focinho, patas ou tetas. Podem ocorrer abortamentos, morte de animais jovens, devido à miocardite. (BRASIL, 2009).

Nos bovinos observam-se estalos dos lábios, rangido de dentes, salivação, claudicação, batidas no chão com as patas ou coices devido ao incômodo ocasionados por vesículas entre os cascos e a banda coronária. Podem aparecer vesículas na glândula mamária. Os búfalos africanos (*Synceruscaffer*) mantidos em liberdade na África austral podem manter a infecção por períodos de até cinco anos. Nos ovinos e caprinos as lesões são pouco perceptíveis, podendo ocorrer lesões na mucosa bucal, lesões nas patas, morte de animais jovens e agalactia. Os suínos podem apresentar graves lesões nas patas e alta mortalidade de leitões. A espécie suína ao ingerir pequenas quantidades de vírus, tem a capacidade de multiplicar em seu tecido esta quantidade em 3000 vezes mais vírus do que nos tecidos da espécie bovina, sendo, portanto o suíno considerado amplificador do vírus (PANAFTOSA, 2007).

Inicialmente, após a inalação, ingestão ou abrasão de pele ocorre a replicação viral nas células epiteliais das vias respiratórias superiores e tecido linfático. Em seguida, ocorre a viremia com generalização da infecção e replicação em lugares específicos, como a capa germinativa de epitélios da cavidade bucal, espaços interdigitais, pilares do rúmen, epitélio mamário e miocárdio e, após 24 a 72 horas aparição dos sinais clínicos. Aproximadamente após duas semanas ocorre uma diminuição de excreção viral e aumento dos anticorpos, começando a cura, mas o vírus persiste na faringe (Quadro1) (PANAFTOSA, 2007).

A morbidade pode chegar a 100% e a mortalidade é menor do que 1%, mas em animais jovens pode chegar a 40% (BRASIL, 2009).

Existem doenças vesiculares clássicas que clinicamente seria impossível distinguir de casos de febre aftosa, sendo, portanto, necessários exames laboratoriais para confirmação de um caso da doença, através da detecção pelo ELISA 3ABC EITB, RT-PCR e isolamento viral (BRASIL, 2020c).

3. Objetivos

3.1 Gerais

- Potencializar os resultados das atividades de comunicação do PEEFA, a partir da definição de estratégias a serem usadas nas ações de educação e comunicação social em saúde animal para cada público-alvo do PEEFA.

3.2 Específicos

- Estabelecer as estratégias a serem utilizadas nas ações de comunicação do PEEFA;
- Sensibilizar o público-alvo em ações de vigilância em doenças vesiculares com ênfase em febre aftosa;
- Harmonizar as mensagens-chave adotadas na comunicação do PEEFA, destinadas para cada público-alvo;
- Promover a capacitação do Serviço Veterinário Oficial (SVO) e demais partes interessadas no PEEFA, para a aplicação de metodologias de comunicação sobre febre aftosa, mediante educação à distância (virtual) e outros instrumentos on-line;
- Elaborar os materiais didáticos que possam ser facilmente disponibilizados aos produtores rurais e demais partes interessadas no PEEFA, promovendo amplamente sua utilização;
- Promover parcerias com entidades capazes de contribuir com a capacitação específica de pessoas, e aquelas que se comprometam a ampliar a divulgação e estimular a disseminação das peças publicitárias criadas para os diferentes públicos-alvo.

4.0 Públicos –alvo

Os públicos-alvo deste plano são todas as partes interessadas envolvidas no PEEFA, a saber:

- SVO (médicos-veterinários e pessoal auxiliar, ligados diretamente ao serviço oficial, por vínculo institucional);
- Produtores e trabalhadores rurais (detentores ou tratadores de animais suscetíveis à febre aftosa, de uma ou mais espécies);
- Indústrias (segmento agroindustrial de produtos de origem animal e produtores de insumos pecuários);
- Médicos veterinários habilitados (médicos-veterinários privados com delegação de competência do SVO para execução de ação específica);
- Prestadores de serviços (profissionais de prestação de serviços, eventual ou permanente dos setores de: administração rural, diagnóstico de prenhez, inseminação artificial, atendimento clínico, transportadores de animais, recolhimento de leite, revendedores de insumos agropecuários, promotores de eventos, laboratórios de diagnóstico, coleta e processamento de sêmen, etc.).
- Outras instituições públicas e privadas que estejam ligadas ao setor agroprodutivo nacional (empresas públicas ligadas à extensão rural, entidades de classe, empresas que estão envolvidas com eventos agropecuários, fundos privados estaduais, entre outros).
- Sociedade em geral, especialmente estudantes (nível superior e técnico do setor agropecuário, além de escolas localizadas em área rural), passageiros e ingressantes no país, jornalistas especialistas na área da agropecuária, entre outros.

5.0 Parceiros

Conforme Portarias nº 15.204-39/2018 DG ADAPI, de 21 de maio, 15.204-77/2018 DG ADAPI, de 29 de agosto de 2018 e Portarias nº 15.204-31/2020 - DG ADAPI, de 10 de fevereiro de 2020 o Grupo Gestor do Plano Estratégico 2017-2026 do Programa Nacional de Erradicação e Prevenção da Febre Aftosa - PNEFA no estado do Piauí é constituído pelas seguintes instituições públicas e privadas: Secretaria de Assistência Técnica e Defesa Agropecuária – SADA, ADAPI, SEAGRO, SAF, SFA-PI/MAPA, SEGOV/PI, FAEPI, FETAG, CRMV-PI, APCZ, APICCOVI e APISUI. E como parceiros:

-
- Sindicatos rurais e de pequenos produtores;
 - Federação dos trabalhadores rurais, agricultores e agricultoras familiares do estado do Piauí;
 - Estabelecimentos agropecuários;
 - Conselhos de classe ou organizações de representação;
 - Secretarias municipais de agricultura;
 - Secretarias municipais de saúde; e
 - Outras instituições que envolvem o setor produtivo;

6.0 Resultados esperados

- Ampliação do alcance das mensagens que abordam a temática febre aftosa para criadores, profissionais da área e estudantes das zona rural;
- Maior engajamento e entendimento do serviço veterinário oficial e do setor produtivo nas ações que fomentem o trabalho de notificação e de vigilância da febre aftosa;
- Capacitação dos técnicos do serviço veterinário oficial e partes interessadas no PEEFA utilizando cursos presenciais, virtuais e outros recursos on-line envolvidos para preparação e atuação em caso de ocorrência de febre aftosa;
- Ampliação da compreensão dos produtores rurais para a manutenção dos cadastros atualizados;
- Cadastramento e Georreferenciamento de 100% das propriedades com animais suscetíveis à febre aftosa;

7.0 Pesquisa de Percepção do Produtor Rural Piauiense

Inicialmente realizou-se uma pesquisa com o objetivo de se conhecer o perfil do produtor rural piauiense criador de bovinos e ou bubalinos quanto às percepções sobre as práticas relacionadas ao programa estadual de erradicação e prevenção da febre aftosa no estado do Piauí. Sendo realizado o trabalho com 433 entrevistas estruturadas, contendo 41 perguntas, junto aos produtores rurais que criam bovídeos, no Piauí localizados nas 41 Unidades de Sanidade Animal e Vegetal (USAV's), distribuídas em todo o estado. Os entrevistados contemplaram 98 (43,75%) dos 224 municípios piauienses. Cada unidade entrevistou cerca de 10 produtores rurais. A caracterização do grupo entrevistado é de 92,15% pertencente ao gênero masculino e 55,43% na faixa etária acima de 51 anos.

As perguntas foram distribuídas em 7 agrupamentos, sendo abordados assuntos referentes à caracterização dos entrevistados, aos conhecimentos sobre a aplicação da vacinação contra a febre aftosa, cuidados durante a vacinação, a comprovação da vacinação, aspectos legais e penalidades, febre aftosa e sobre a suspensão da vacinação. No grupo de perguntas relacionadas aos cuidados com a vacinação observou-se o maior número de respostas adequadas e o grupo relacionado à suspensão da vacinação obteve o maior número de respostas falhas. Os produtores rurais têm conhecimento sobre a febre aftosa, vacinação, cuidados, aspectos legais e penalidades referentes à doença. No entanto há necessidade de serem trabalhados assuntos relacionados à suspensão da vacinação, bem como sobre as ações e consequências da mudança de *status* sanitário para zona livre sem vacinação.

7.1 METODOLOGIA DA PESQUISA

7.1.1 Área de estudo

No Estado do Piauí existem 60.000 produtores rurais que criam bovídeos e, portanto, realizam a vacinação contra a febre aftosa, foi realizada uma entrevista estruturada com amostra da pesquisa de 95% de confiança e margem de erro de 5%, resultando em 433 questionários aplicados com assinatura de termo de livre e esclarecido pelos criadores de bovídeos entrevistados.

7.1.2 Tipos de perguntas abordadas

Realizou-se uma entrevista estruturada junto aos produtores rurais que criam bovídeos, onde eram realizadas perguntas nas quais eram dadas opções de respostas aos entrevistados. As perguntas foram distribuídas em 7 agrupamentos, sendo o primeiro grupo com 03 perguntas que caracterizam os entrevistados quanto ao gênero, faixa etária e município de localização. O segundo grupo com 6 perguntas que abordam aspectos relacionados aos conhecimentos sobre a aplicação da vacinação contra a febre aftosa, o terceiro grupo com 8 perguntas sobre os cuidados durante a vacinação, o quarto grupo com 6 abordagens sobre a comprovação da vacinação, o quinto grupo com 8 perguntas a respeito dos aspectos legais e penalidades, o sexto grupo com perguntas sobre a febre aftosa e o sétimo grupo com 3 perguntas sobre a suspensão da vacinação. Portanto, o total de perguntas que cada produtor rural respondeu corresponde a 41. Em alguns grupos de perguntas não existem apenas perguntas com

respostas certas ou erradas, mas algumas que retratam as formas de cuidados e atitudes dos produtores rurais que são adotados por eles.

7.1.3 Coleta de dados

As entrevistas foram realizadas pelos servidores da Agência de Defesa Agropecuária do Estado do Piauí – ADAPI, nas 41 Unidades de Sanidade Animal e Vegetal (USAV's) distribuídas no estado do Piauí. Cada unidade entrevistou cerca de 10 criadores de bovídeos. Foi elaborado um questionário para uma entrevista estruturada que foi aplicada através do aplicativo Google Forms que é gerenciado pelo Google. Após cada entrevista os produtores rurais assinaram termo de consentimento de livre e esclarecido.

7.1.4 Período e operacionalização da coleta de dados

As entrevistas ocorreram no período de 28 de junho a 15 de setembro de 2021. Época em que ocorreu a primeira etapa da campanha de vacinação contra a febre aftosa e ações pós etapa da campanha de vacinação em 2021. É um período onde os produtores rurais frequentam muito as unidades do SVO para realizarem a certificação da vacinação contra a febre aftosa e declaração do rebanho total. Os dados serão apresentados em forma de tabela e por meio de frequência.

7.2 RESULTADOS E DISCUSSÃO

7.2.1 Locais da pesquisa

As entrevistas foram realizadas em todas as 41USAV's, abrangendo 98 dos 224 municípios piauienses. Cada USAV entrevistou uma média de 10 produtores, sendo que algumas unidades entrevistaram mais produtores e outras unidades menos.

As entrevistas foram realizadas durante a primeira etapa da campanha de vacinação contra a febre aftosa, no período de 28 de junho a 31 de julho e no pós- etapa até o dia 15 de setembro. Portanto realizou-se com a demanda espontânea, dos criadores de bovinos e bubalinos que se deslocavam às USAV's e Escritórios de Atendimento à Comunidade (EAC's) para realizarem certificações da vacinação contra a febre aftosa durante a campanha ou após a etapa. Os criadores entrevistados

selecionados foram escolhidos através da amostra aleatória simples, onde a cada 5 produtores rurais que entravam nas unidades, um era indagado para ser voluntário ou não a responder a entrevista.

A caracterização do grupo entrevistado é de 92,15% pertencente ao gênero masculino e 55,43% na faixa etária acima de 51 anos. Os entrevistados abrangeram 43,75% dos municípios do estado do Piauí, de acordo com a tabela 1.

7.2.2 Respostas das entrevistas:

Tabela 1. Caracterização do grupo de produtores rurais entrevistados sobre a percepção do produtor rural piauiense sobre a febre aftosa.

Grupo	Descrição	Quantidade(%)
Gênero	Masculino	399 (92,15)
	Feminino	34 (7,85)
Faixa etária	18 – 24 anos	03 (0,69)
	25 – 35 anos	36 (8,31)
	36 – 50 anos	154 (35,57)
	Acima de 51 anos	240 (55,43)
Municípios	Com entrevistados	98 (43,75%)
	Sem entrevistados	126 (56,25%)
Total de entrevistados		433 (100,00)

Na tabela 2 observaram-se os resultados quanto ao conhecimento dos produtores rurais piauienses. Sobre os animais suscetíveis à febre aftosa 50,58% responderam que são os animais biungulados e 15,25% não souberam responder. Apesar de a maioria responder corretamente, ainda há confusão quanto aos animais afetados. É preocupante tendo em vista se tratar de um grupo que pratica a vacinação há muito tempo. Dos entrevistados 96,77% responderam que a vacinação é obrigatória, 94% sabem que o local correto para a aplicação da vacina é na tábua do pescoço, 81,76% sabem a dosagem correta de 2 mL para cada bovino vacinado. Sobre a dosagem para jovens e adultos 90,07% responderam que não há distinção no volume aplicado (Tabela 2). A pergunta sobre a idade que deve iniciar a vacinação obteve a maioria das respostas corretas com 64,21%, mas em 35,79% das respostas restam dúvidas ou revelam práticas de não vacinarem os animais jovens, deixando a preocupação, pois são animais mais vulneráveis a adquirirem a doença já que imunologicamente não estão protegidos como os animais mais velhos que são multivacinados. Assim é necessário trabalhar a vacinação dos animais a partir de um dia de nascido para que não existam falhas onde o vírus pode se instalar.

Tabela 2.Respostas sobre a aplicação da vacina contra a febre aftosa

PERGUNTA	N (%)
Quais são os animais suscetíveis à febre aftosa?	
Bovinos e bubalinos apenas	141(32,56)
Caprinos e ovinos	04 (0,92)
Somente suínos	03 (0,69)
Todos os animais de casco partido (biungulados)	219 (50,58)
Não sabe responder	66 (15,25)
A vacinação contra a febre aftosa é obrigatória?	
Sim	419 (96,77)
Não	14 (3,23)
Qual o local correto para a aplicação da vacina?	
Braço/Perto do braço	03 (0,69)
Coxa	04 (0,92)
Cupim	15 (3,47)
Pá	01 (0,23)
Tábua do pescoço	407 (94,00)
Não sabe responder	03 (0,69)
Qual a dosagem correta para a aplicação da vacina?	
1 ml	04 (0,92)
2 ml	354 (81,76)
3 ml	06 (1,39)
5 ml	48 (11,08)
Não sabe responder	21 (4,85)
O mesmo volume de vacina é aplicado nos animais jovens e adultos?	
Sim	390 (90,07)
Não	32 (7,39)
Não sabe responder	11 (2,54)
A partir de que idade os bovídeos devem ser vacinados?	
A partir do primeiro dia do nascimento	278 (64,21)
Duas semanas após o nascimento	01 (0,23)
1 mês	08 (1,85)
2 meses	01 (0,23)
A partir de 3 meses	94 (21,71)
A partir de 6 meses	34 (7,85)
A partir de 12 meses	01 (0,23)
Com 24 meses	10 (2,31)
A vacina deixa os animais tristes	01 (0,23)
Não sabe	05 (1,15)
Total	433 (100,00)

De acordo com as respostas 77,60% dos entrevistados sabem que a temperatura correta de acondicionamento da vacina é de 2 a 8°C e 94,23% dos entrevistados fazem a contenção dos animais com meios próprios, ou seja, não compartilham laço, brete ou tronco para vacinarem seus animais. Epidemiologicamente é importante, já que apenas 5,77% revelaram utilizar brete ou tronco emprestado

para realizarem a vacinação dos animais, o baixo número de equipamentos compartilhados dificultaria uma possível disseminação da doença, sendo, portanto um aspecto positivo (Tabela 3).

Os cuidados com a higienização dos equipamentos de vacinação obtiveram um percentual de 98,85% quer seja lavando com água e sabão, utilizando álcool ou iodo para auxiliar na higienização, além da utilização de materiais descartáveis. Ainda existe um baixíssimo número de criadores (0,69%) que não sabem ou acham que não é necessária a higienização dos equipamentos de vacinação.

Sobre as reações após a aplicação da vacina quanto à formação de abscessos, 37,18% informaram que nenhum animal do rebanho apresentou reação local com formação de abscessos e 51,04% dos entrevistados informaram que apenas alguns animais tiveram abscessos. Este pode ser um resultado da melhoria na higienização durante a aplicação da vacina e da mudança da vacina que ocorreu em 2018, com a retirada da saponina que era um fator irritante, bem como da diminuição do volume do componente oleoso aplicado que passou de 5 mL para 2 mL. No entanto 10,16% dos entrevistados informaram que a maioria dos animais apresentaram abscessos e 1,62% dos entrevistados informaram que todos os animais apresentaram formação de abscessos após a aplicação da vacina contra a febre aftosa.

Para realizarem a vacinação 90,07% dos produtores entrevistados necessitam de duas ou mais pessoas para realizarem a vacinação, 69,28% utilizam a mão de obra familiar e 26,33% precisam de peões fixos ou temporários para a vacinação. Quando ao acondicionamento da vacina 96,77% possuem geladeira e 91,22% não guardam sobras de vacinas.

A tabela 4 tem perguntas relacionadas à comprovação da vacinação e 96,77% dos entrevistados sabem o calendário anual de vacinação contra a febre aftosa no estado do Piauí, ocorrendo em duas etapas: a primeira etapa no mês de maio vacinando todos os bovinos e bubalinos e a segunda etapa em novembro com vacinação dos bovídeos de 0 a 24 meses. Dos produtores entrevistados 84,06% informaram que na primeira etapa todo o rebanho bovino e bubalino deve ser vacinado, porém na segunda etapa há uma confusão quanto à faixa etária a ser vacinada, pois apenas 58,20% informaram corretamente que devem ser vacinados os bovídeos de 0 até 24 meses de idade e 26,43% informaram que todo o rebanho deve ser vacinado.

A maioria dos entrevistados, 93,53%, relatou que declararam a vacinação na ADAPI. E a pergunta quanto ao período em que realizaram a certificação da vacinação, ocorrendo do primeiro dia da campanha até o décimo quinto dia do mês seguinte, apresentou 73,67% das respostas dos entrevistados. Os entrevistados informaram que 43,42% tomam conhecimento sobre a campanha de vacinação através da televisão, 29,79% através do rádio e reuniões, e 19,17% através da ADAPI. Sendo

um ponto importante na escolha do meio mais adequado para divulgação da campanha de vacinação e outras informações importantes a serem veiculadas.

Tabela 3. Respostas sobre os cuidados durante a vacinação

PERGUNTA	N (%)
Como a vacina deve ser conservada?	
Congelada	04 (0,92)
Temperatura de geladeira (2 a 8 °C)	336(77,60)
No gelo	87 (20,09)
Temperatura ambiente	05 (1,16)
Não sabe responder	01 (0,23)
Como é realizada a contenção dos animais para a vacinação?	
Apenas no laço	165 (38,11)
Em brete próprio	183(42,26)
No tronco próprio	56 (12,94)
No brete ou tronco emprestado	25 (5,77)
Às vezes no tronco, brete ou laço	04 (0,92)
Qual o cuidado com a higienização dos equipamentos de vacinação?	
Lava material com água, sabão e ferver	15(3,47)
Ferver apenas	136 (31,41)
Limpa com álcool	73 (16,86)
Limpa com álcool, iodo e ferve	96 (22,17)
Utiliza material descartável, limpa o restante com álcool, iodo e ferve	108 (24,94)
Troca a agulha a cada 10 animais	02 (0,46)
Não sabe dizer	01 (0,23)
Não precisa	02 (0,46)
Foi observada alguma reação à vacina na última etapa (abscessos)?	
Em alguns	221 (51,04)
Em nenhum	161 (37,18)
Em todos	07 (1,62)
Na maioria	44 (10,16)
Quantas pessoas são utilizadas para vacinar o rebanho?	
Uma pessoa	41 (9,47)
Duas ou mais pessoas	390(90,07)
Nenhuma	02 (0,46)
Qual o tipo de mão de obra empregada?	
Mão de obra familiar	300(69,28)
Peão fixo	51 (11,78)
Peão temporário	63 (14,55)
Amigos, vizinhos e o proprietário	15 (3,47)
Não precisa de ajuda	04 (0,92)
Possui geladeira?	
Não	14 (3,23)
Sim	419 (96,77)
Guarda sobras de vacinas?	
Sim	37 (8,55)
Não	395 (91,22)
Não sabe responder	01 (0,23)
Total	433 (100,00)

No agrupamento de perguntas da tabela 5 que trata dos aspectos legais da vacina e algumas penalidades, a mais citada para os produtores rurais que não vacinam contra a febre aftosa foi a multa com 91,92% das respostas dos entrevistados.

Tabela 4. Respostas sobre a comprovação da vacinação

PERGUNTA	N (%)
Qual o calendário de vacinação contra a febre aftosa no Piauí?	
Uma vez por ano	01 (0,23)
Duas etapas: maio e novembro	419 (96,77)
Junho	01 (0,23)
Maio somente	04 (0,92)
Não sabe responder	08 (1,85)
Quais as faixas etárias devem ser vacinadas na etapa I?	
0 a 12 meses	15 (3,46)
12 a 24 meses	13 (3,01)
Até 24 meses	29 (6,70)
Outra resposta	12 (2,77)
Todo o rebanho	364 (84,06)
Quais as faixas etárias devem ser vacinadas na etapa II?	
0 a 12 meses	23 (5,31)
0 a 24 meses	02 (0,46)
12 a 24 meses	35 (8,08)
A partir de 1 ano	01 (0,23)
Acima de 2 anos	01 (0,23)
Até 24 meses	252(58,20)
Bezerro e garrote	01 (0,23)
Não sabe responder	04 (0,92)
Todo o rebanho	114 (26,34)
Onde deve ser registrada a declaração da vacinação?	
ADAPI	405 (93,53)
EMATER	28 (6,47)
Qual o período de certificação da vacinação?	
Até 30 dias após a vacinação	01 (0,23)
Do primeiro dia da campanha até o dia 15 do mês seguinte	319 (73,67)
Maio e novembro	01 (0,23)
Não sabe dizer	04 (0,92)
Somente 15 dias após a vacinação	48 (11,09)
Somente durante o mês de vacinação	60 (13,86)
Quais os meios de divulgação que toma conhecimento sobre a campanha de vacinação?	
ADAPI	
Amigos e vizinhos	83(19,17)
Cartazes	08 (1,85)
Internet	11 (2,54)
Já sabe	01 (0,23)
Revendas agropecuárias	01 (0,23)
Rádio e reuniões	06 (1,39)
Sindicato	129 (29,79)
TV e rádio	06 (1,38)

	188 (43,42)
Total	433 (100,00)

Ao serem indagados se os animais foram vacinados na última etapa de vacinação, 97% responderam que sim. As perguntas sobre a certificação na última etapa obteve 95,84% das respostas afirmativas sobre a certificação na última etapa. As respostas dos entrevistados apresentaram que 97,92% vacinaram todos os bovídeos existentes na propriedade, 78,75% informaram que vacinaram os animais comprados recentemente, 82,22% vacinam as vacas prenhes, 91,92% conhecem a GTA- Guia de Trânsito Animal e 57,28% vacinaram os animais na fase de terminação.

Tabela 5. Respostas sobre os aspectos legais e penalidades

PERGUNTA	N (%)
Quais as penalidades para quem não vacina contra a febre aftosa?	
Advertência	03 (0,69)
Fica irregular com a ADAPI e não pode emitir documentos zoosanitários (GTA)	08 (1,85)
Multa	398(91,92)
Interdição da propriedade	01 (0,23)
Nada acontece	11 (2,54)
Não quis opinar	01 (0,23)
Não sabe	05 (1,16)
O gado pode adoecer	01 (0,23)
Tem que vacinar depois	03 (0,69)
Não há necessidade de multar	02 (0,46)
O Produtor vacinou na última etapa?	
Sim	420 (97,00)
Não	12 (2,77)
Não sabe responder	01 (0,23)
O Produtor certificou na última etapa?	
Sim	415 (95,84)
Não	16 (3,70)
Não sabe responder	02 (0,46)
Vacina todos os bovinos existentes na propriedade?	
Sim	424 (97,92)
Não	04 (0,92)
Não sabe responder	05 (1,16)
Vacinou os animais que comprou recentemente?	
Sim	341(78,75)
Não	50 (11,55)
Não sabe responder	42 (9,70)
Vacinou as vacas prenhas?	
Sim	356(82,22)
Não	69 (15,93)
Não sabe responder	08 (1,85)
Vacinou os animais na fase de terminação?	

Sim	248 (57,28)
Não	160 (36,95)
Não sabe responder	25 (5,77)
O Produtor conhece a GTA?	
Sim	398 (91,92)
Não	28 (6,47)
Não sabe responder	07 (1,61)
Total	433 (100,00)

A tabela 6 aborda os conhecimentos dos produtores rurais sobre a febre aftosa. Os entrevistados responderam 64,43% que os sinais clínicos característicos da febre aftosa são animais com febre, pêlo arrepiado, mancando e babando. Cerca de 9% se referiram às aftas e salivação, 8,55% à febre e 17,55% não souberam responder. Portanto ainda há necessidade de trabalhar junto aos criadores sobre os principais sinais clínicos da doença, já que as entrevistas foram direcionadas a um público que trabalha diretamente com os bovinos e no entanto ainda restam dúvidas desta importante doença.

No caso de suspeita de febre aftosa 98,61% dos produtores rurais informaram que é obrigatória a notificação de um caso suspeito da febre aftosa. No caso de casos suspeitos 79,91% notificariam na ADAPI e 13,86% relataram que informariam para algum médico veterinário. Ainda produtores que procuram a prefeitura municipal, casa agropecuária na intenção de medicar e os que acham que não precisam notificar casos suspeitos.

Quanto ao tempo de notificação de casos suspeitos, 90,76% informaram que a notificação deve ser realizada em até 24 horas ou no mesmo dia. De acordo com o Plano de ação da febre aftosa a notificação ao SVO – Serviço Veterinário Oficial deve ser realizada em até 24 horas para que o serviço possa atuar com rapidez, evitar a disseminação da doença com uma contenção eficaz.

A providência no caso de suspeita de doença vesicular para 47,11% é chamar um médico veterinário e comunicar à ADAPI e para 44,11% comunicar a ADAPI e 7,16% tratam com medicamentos. Vale ressaltar que as casas agropecuárias são locais de busca de informações sobre doenças e tratamentos e sendo importante a inclusão destes estabelecimentos na disseminação de informações sobre doenças vesiculares. Segundo a Instrução Normativa nº 50 de 2013 casos suspeitos de febre aftosa devem ser notificados imediatamente por qualquer cidadão em um prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas do seu conhecimento.

Dos entrevistados 5,31% já tiveram vacinações acompanhadas pelo SVO. A meta é de que 1% do rebanho tenha vacinações fiscalizadas durante as campanhas de vacinação. Ao serem indagados sobre a vacinação de caprinos e ovinos 76,45% informaram que não devem ser vacinados contra a febre aftosa,

mas 12,93% relataram que devem ser vacinados e mais de 10,39% não souberam responder. Os pequenos ruminantes e suínos são proibidos de serem vacinados e servem de animais sentinelas.

Tabela 6. Respostas sobre a febre aftosa

PERGUNTA	N (%)
Quais os sinais clínicos característicos da febre aftosa?	
Aftas na língua	01 (0,23)
Animais ficam babando somente	17 (3,93)
Animais ficam mancando somente	21 (4,85)
Animais ficam babando, mancando, pêlo arrepiado e com febre	279 (64,43)
Feridas nas patas	02 (0,46)
Febre apenas	37 (8,55)
Não sabe responder	76 (17,55)
No caso de suspeita de febre aftosa é obrigatório notificar?	
Sim	427 (98,61)
Não	05 (1,16)
Não sabe responder	01 (0,23)
Onde devem ser notificados os casos suspeitos?	
ADAPI	346 (79,91)
EMATER	15 (3,46)
Casa agropecuária	05 (1,16)
Prefeitura municipal	01 (0,23)
Médico veterinário	60 (13,86)
Não soube informar	02 (0,46)
Não é obrigatório	04 (0,92)
A notificação de caso suspeito deverá ser feita em quanto tempo?	
Em até 24 horas ou no mesmo dia	393(90,76)
No dia da certificação da vacina da febre aftosa	11 (2,54)
Não precisa informar	11 (2,54)
15 dias	01 (0,23)
30 dias	02 (0,46)
Imediatamente	05 (1,16)
Não sabe informar	10 (2,31)
Qual a providência no caso de suspeita de doença vesicular?	
Comunicar à ADAPI	191 (44,11)
Comunicar à Prefeitura municipal	03 (0,69)
Chamar um veterinário e comunicar à ADAPI	204(47,11)
Chamar um veterinário, falar com o proprietário e tratar com medicamentos	31 (7,16)
Chamar um veterinário e isolar os animais	04 (0,92)
A vacinação foi assistida pelo serviço veterinário oficial na última etapa?	
Sim	23 (5,31)
Não	402 (92,84)
Não sabe responder	08 (1,85)
Ovinos ou caprinos devem ser vacinados durante as etapas?	
Não	331 (76,45)
Sim	56 (12,93)
Não sabe responder	45 (10,39)
Não tenho esses animais	01 (0,23)
Total	433 (100,00)

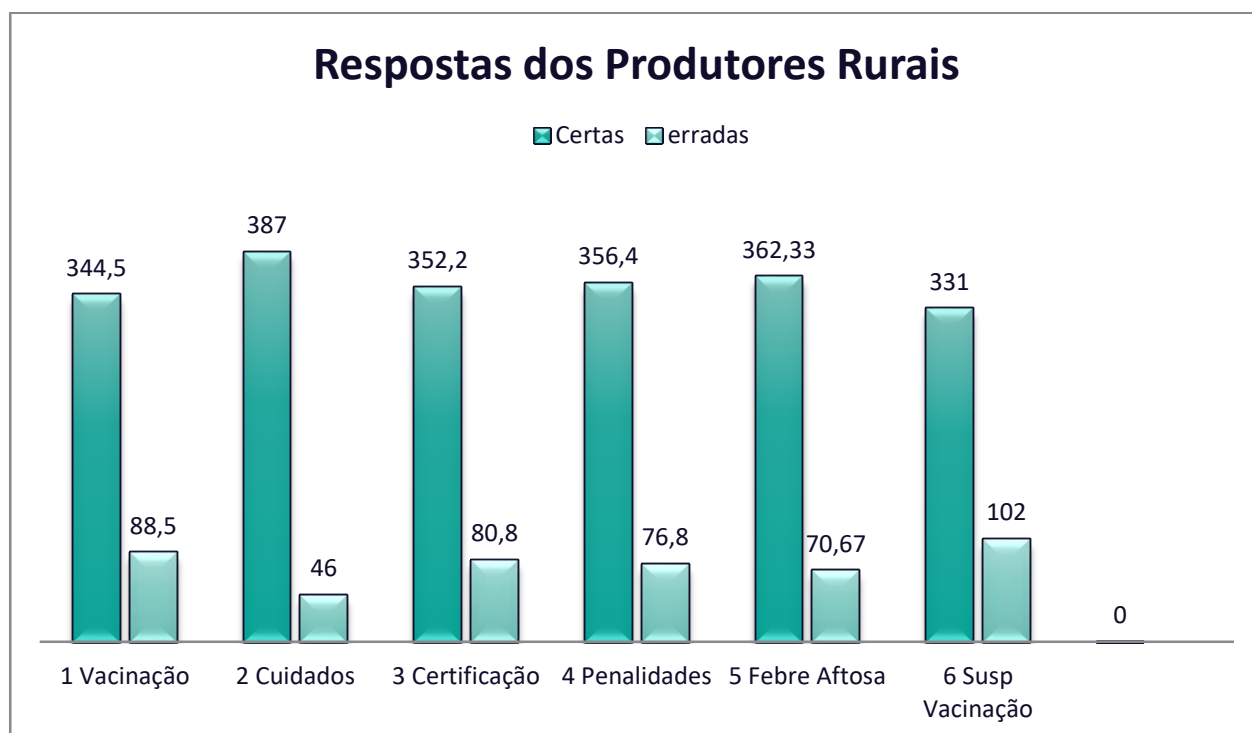
A tabela 7 aborda sobre a suspensão da vacinação contra a febre aftosa, sendo esta uma meta do Plano Estratégico 2017-2026. Ao serem indagados se têm conhecimento sobre a suspensão da vacinação contra a febre aftosa 51,04% dos produtores rurais entrevistados relataram que sim. E quanto à opinião dos produtores entrevistados sobre o que acham da possível suspensão da vacinação 79,21% informaram que será algo positivo, 11,78% algo negativo e 9,01% não sabem responder. Sobre os benefícios que a suspensão da vacinação pode trazer 62,59% acham que haverá diminuição dos gastos com a vacinação e ampliação do mercado consumidor, 11,55% não sabem responder, 11,09% acreditam que haverá ampliação do mercado consumidor e agregar valor ao produto, 9,93% que evitará prejuízos com perdas de cortes devido aos abscessos em decorrência da vacinação e 3,23% acreditam que não haverá benefícios, podendo ocorrer prejuízos. As modificações que ocorreram com a vacina da febre aftosa em 2019 tornando ela bivalente, atuando contra os sorotipos O e A, diminuindo o volume de 5 ml para 2 ml e com a retirada das saponinas responsáveis pelas reações locais com formação de abscessos diminuíram muito as perdas. É necessário um trabalho educativo sanitário com informações sobre os benefícios que a zona livre sem vacinação trará para o Brasil.

Tabela 7. Respostas sobre a suspensão da vacinação da febre aftosa

PERGUNTA	N (%)
Tem conhecimento sobre a suspensão da vacinação contra a febre aftosa?	
Sim	221 (51,04)
Não	188 (43,42)
Não sabe responder	24 (5,54)
O que o criador acha sobre a possível suspensão da vacinação?	
Algo positivo	343(79,21)
Algo negativo	51 (11,78)
Não sabe responder	39 (9,01)
Quais os benefícios que a suspensão pode trazer?	
Sem benefícios, podendo ocasionar prejuízos	14 (3,23)
Ampliar o mercado consumidor e agregar valor ao produto	48(11,09)
Diminuir os maus tratos com os animais	04 (0,92)
Diminuir gastos com a vacinação e ampliar o mercado consumidor	271(62,59)
Evitar prejuízos com perdas de cortes por causa dos abscessos	43 (9,93)
Não sabe	50(11,55)
Não respondeu	03 (0,69)
Total	433 (100,00)

No Gráfico 1 é possível visualizar que a maioria das respostas são satisfatórias. No grupo de perguntas relacionadas aos cuidados com a vacinação observou-se o maior número de respostas adequadas, 387, e o grupo relacionado à suspensão da vacinação apresentou o maior número de respostas falhas, com 102 respostas. A média geral das respostas corretas foi de 82,17% e a média geral das respostas erradas foi de 17,83%. Mesmo com um grande número de respostas coerentes há necessidade de enfatizar a importância das ações relacionadas à febre aftosa, principalmente quando se trata de um grupo de criadores de bovídeos, neste caso, 17,83% torna-se um número expressivo para ser trabalhado, já que se trata de um grupo já bastante sensibilizado quanto à enfermidade e aos aspectos legais e penalidades.

Gráfico 1. Quantidade de respostas certas e erradas nos seis grupos de perguntas da entrevista.



7.3 CONCLUSÃO

Os produtores rurais têm conhecimento sobre a febre aftosa, vacinação, cuidados, aspectos legais e penalidades referentes à doença. No entanto há necessidade de serem mais trabalhados os assuntos relacionados à suspensão da vacinação, bem como sobre as ações e consequências da mudança de *status* sanitário para zona livre sem vacinação.

7.4 Pontos importantes a serem considerados no Plano de Comunicação

1. Quanto ao gênero: 92,15% pertencem ao masculino;
2. Quanto à faixa etária: 55,43% têm mais de 51 anos de idade;
3. Quanto aos meios de divulgação que tomam conhecimento sobre a campanha de vacinação: A maioria têm conhecimento através do rádio, seguido da TV.

ADAPI	83(19,17)
Amigos e vizinhos	08 (1,85)
Cartazes	11 (2,54)
Internet	01 (0,23)
Já sabe	01 (0,23)
Revendas agropecuárias	06 (1,39)
Rádio e reuniões	129 (29,79)
Sindicato	06 (1,38)
TV e rádio	188 (43,42)
	433 (100,00)

O Plano de comunicação do PEEFA do estado do Piauí observa todos os aspectos, sendo realizado inicialmente um diagnóstico e em seguida um plano operacional de comunicação com produção de materiais que serão necessários para as ações de educação e comunicação social em saúde animal, envolvendo todo o público-alvo como o Serviço Veterinário Oficial – SVO, Setor produtivo, médicos veterinários autônomos, transportadores, produtores rurais e trabalhadores rurais utilizando os meios de comunicação mais acessados pelos envolvidos, como rádio e televisão.

8.0 Execução do Plano

O Grupo Gestor do Plano estratégico do PNEFA do Piauí, o ponto focal do PEEFA, o setor produtivo do estado do piauí e a coordenação estadual de educação sanitária da ADAPI, coordenarão o Plano Estadual de comunicação do PEEFA – PI, monitorando o andamento e buscando difundir as mensagens em linguagem e acessibilidade aos públicos-alvo envolvidos.

O Plano de Comunicação tem caráter contínuo e prevê o monitoramento e a avaliação das atividades de forma periódica, ajustando as estratégias adotadas e atualizando o planejamento para os anos seguintes.

Neste Plano foram consideradas exclusivamente ações de comunicação, não estando as atividades educativas e técnicas, que são de responsabilidade da ADAPI, com diretriz da Gerência de Defesa Sanitária Animal – GEDA.

Os materiais de comunicação em febre aftosa e as capacitações do SVO e demais partes interessadas têm por base os seguintes pontos estratégicos para o PEEFA:

8.1 Vigilância da febre aftosa em ruminantes e suínos:

O foco desse tema estratégico é esclarecer como funciona o sistema de vigilância da febre aftosa no estado do Piauí e qual o papel de cada parte interessada neste processo. Como ponto central está a importância da notificação de suspeita de doenças vesiculares pelos envolvidos da cadeia produtiva, bem como qualquer outro cidadão.

8.2 Monitoramento dos fatores de risco relacionados à introdução e disseminação da febre aftosa e medidas de prevenção:

Esse tema é primordial para manter as garantias de que a febre aftosa está ausente no Brasil. Como a doença não ocorre no País há mais de 18 anos, e no estado há mais de 26 anos, é preciso manter a consciência sobre a relevância de conhecer, monitorar e avaliar os fatores de risco e de adotar medidas de biossegurança relacionados à introdução e disseminação da febre aftosa por cada ator envolvido no processo de vigilância da doença.

8.3 Atuação em caso de ocorrência de febre aftosa:

É importante que os públicos-alvo tenham conhecimento do que ocorrerá com cada parte interessada do PEEFA, no caso de ocorrência de um foco. Assim, além de produzir material para ser utilizado em “tempos de paz” para explicar o que ocorre quando de um foco de febre aftosa, também é importante a produção de material para ser utilizado durante a crise (foco), para a comunicação com os mais diferentes públicos-alvo do PEEFA.

8.4 Transição das UFs de zona livre com vacinação para zona livre sem vacinação contra febre aftosa:

Esse tema estratégico da comunicação, busca demonstrar a importância dessa mudança de condição sanitária dentro do PEEFA junto aos diversos públicos-alvo, com ênfase nos produtores rurais, visando elevar a compreensão dos benefícios e responsabilidades envolvidos. Deve-se trabalhar o debate e a comunicação sobre a substituição da vacina por ações de vigilância, em busca da evolução da condição sanitária para área livre de febre aftosa sem vacinação, conforme previsto no Plano Estratégico 2017-2026.

9 Plano Operacional de Comunicação

Os planos de comunicação devem ser dinâmicos e passar por atualizações periódicas a fim de ajustar as mensagens-chave; e, utilizar ferramentas de comunicação atualizadas, que venham a surgir, e que causem maior impacto e resultado no processo de engajamento das partes interessadas.

O conteúdo previsto na tabela não limita a atuação e o enfoque dos conteúdos, mas direciona e orienta quanto às abordagens que devem ser utilizadas. Porém durante o andamento do plano, caso seja necessário alguma necessidade, poderão ser realizadas adequações, tornando o plano mais assertivo e a comunicação mais eficaz. Para viabilização de alguns materiais não digitais, será avaliada a disponibilidade financeira e quem serão os responsáveis pelo custeio dessa ação.

Estratégia 8.1 Vigilância				
TEMA	PÚBLICO-ALVO	SOCO	MATERIAIS	RESPONSÁVEL
Inspeção clínica dos animais	Serviço Veterinário Oficial – SVO do Estado	Os veterinários do SVO do Estado cumprirão as metas de vistorias para as inspeções	1) Vídeo curto de incentivo ao cumprimento das metas; 2) Cards de alertas com ranking de ações desenvolvidas	SVO
		Os veterinários do SVO saberão identificar sinais clínicos suspeitos que possam indicar doença	Infográficos com os principais sintomas a serem observados e quais regiões do animal devem ser	

		vesicular (campo, frigoríficos, aglomerações de animais, etc)	analisadas; procedimentos a serem adotados, responsabilidades	
		O SVO fará a vigilância para detectar a doença nas aglomerações de animais suscetíveis à febre aftosa.	Cartilhas digitais sobre os procedimentos a serem realizados nos eventos de glomeração de animais	
	Médicos veterinários autônomos que atuam como responsáveis técnicos (RTs) das propriedades e produtores rurais	Os produtores e RTs serão capazes de identificar possíveis sintomas suspeitos de doença vesicular, não enviando animais suspeitos para eventos agropecuários ou frigoríficos.	1) Infográficos com sintomas de doenças que possam indicar doença vesicular; 2) Vídeos orientativos sobre: 2.1 O risco de envio de animais doentes para aglomerações ou frigoríficos, potencializando a disseminação; a necessidade de notificação ao SVO; 2.2 Os impactos da ocorrência de doenças em eventos; 2.3 As responsabilidades dos envolvidos. 2.4 Card para divulgação do curso EAD	Setor Produtivo - SP
Notificação	Produtores Rurais	Os Produtores rurais notificarão o SVE sobre sinais clínicos suspeitos nos animais de sua propriedade.	1) Infográficos com sinais clínicos mais comuns nas diferentes espécies suscetíveis à febre aftosa para divulgação via redes sociais (WhatsAPP) e distribuição em casas de vendas de produtos agropecuários e sindicatos rurais;	Setor Produtivo

			2) Vídeos curtos sobre febre aftosa, sinais clínicos, forma e importância de notificar.	
	Transportadores	1) Os transportadores de animais reconhecerão e notificarão casos suspeitos de doença vesicular; 2) Os transportadores adotarão as medidas de limpeza e desinfecção dos seus veículos; 3) Transportadores conhecerão a importância de transportar animais com documentação sanitária (Guia de Trânsito Animal).	3) Infográficos com os sinais clínicos + procedimentos de notificação e medidas de limpeza e desinfecção aplicadas no veículo para acesso às propriedades com animais. 4) Panfletos e cartazes com orientações sobre GTA e notificação. 5) E-mail marketing para sindicatos e associações de classe	SVO e SP
	SVO	O SVO fomentará a notificação de doenças pelos produtores e RTs	Comunicados internos reforçando a importância de que o SVO impulse a comunicação sobre notificação com os produtores	SVO
	Médicos Veterinários Responsáveis Técnicos	Os RTs notificarão ao SVO todas as doenças de notificação obrigatória	Cards informativos reforçando a obrigatoriedade da notificação pelos profissionais.	SVO /CRMV-PI
Mês Nacional da Saúde Animal	Produtores rurais, associações de criadores, empresas.	Criadores de animais farão a atualização cadstral conforme definição do MAPA.	1) Infográficos virtuais e para impressão sobre as exigências sanitárias para que o produtor proteja seu rebanho, com relação ao cadastro, GTA e vigilância. 2) Vídeos curtos sobre a importância da atualização	Setor Produtivo

			de rebanhos das espécies suscetíveis à febre aftosa. 3) Peças publicitárias para divulgar o mês da saúde animal	
	SVE	SVE implementará ações de reforço para atualização cadastral do rebanho.	Cards para divulgação das ações implementadas pelas áreas técnicas/Coordenação de Educação Sanitária e Gerência de Defesa Sanitária Animal.	SVO

*SOCO: Abreviação de “Single Overarching Communication Outcome”. Para maiores informações: https://www.gov.br/agricultura/pt-br/assuntos/sanidade-animal-e-vegetal/saude-animal/programas-de-saude-animal/raiva-dos-herbivoros-e-eeb/manualemportugues_fevereiro_12_02_2020.pdf

Estratégia 8.2 Monitoramento dos fatores de risco				
TEMA	PÚBLICO-ALVO	*SOCO	MATERIAIS	RESPONSÁVEL
Monitoramento de propriedades de risco	SVO	O SVO cumprirá as metas de vistoria das propriedades de risco	1) Infográfico com divulgação das metas e ranking de cumprimento ao longo do ano. 2) Vídeo orientativo sobre prejuízos em caso de não detecção de possível foco em decorrência do não cumprimento das metas. 3) Informativos digitais sobre fatores de risco descritos no manual de vigilância para febre aftosa, acrescentado dos novos fatores das zonas livres sem vacinação.	SVO
	Produtores e trabalhadores rurais	Os produtores rurais e trabalhadores rurais	1) Vídeos para divulgação nos sindicatos dos produtores e trabalhadores rurais.	Setor Produtivo - SP

		conhecerão os fatores de risco de febre aftosa e adotarão medidas para mitigar o risco.	2) Banners digitais (ou infográfico) e que poderão ser impressos para distribuição nos sindicatos e associações rurais, listando os fatores de risco e as medidas de prevenção.	
Georreferenciamento das propriedades	SVO	O SVO cumprirá a meta de 100% das propriedades georreferenciadas.	Gráficos com indicação do alcance das metas	SVO
	Produtores e trabalhadores rurais	Produtores terão suas propriedades georreferenciadas	Cards orientativos sobre a importância de atualizar/inserir a informação do georreferenciamento das propriedades nos respectivos cadastros.	Setor Produtivo

*SOCO: Abreviação de “Single Overarching Communication Outcome”. Para maiores informações: https://www.gov.br/agricultura/pt-br/assuntos/sanidade-animal-e-vegetal/saude-animal/programas-de-saude-animal/raiva-dos-herbivoros-e-eeb/manualemportugues_fevereiro_12_02_2020.pdf

Estratégia 8.3 Preparação e atuação em casos de ocorrência				
Tema	Público-alvo	*SOCO	Materiais	Responsável
Situação de emergência	Médicos veterinários e demais colaboradores do SVE, além de profissionais de outros órgãos públicos envolvidos na ação de contingência, em caso de ocorrência de febre aftosa	Os colaboradores do SVE e demais profissionais atuarão prontamente quando da ocorrência de febre aftosa	1) Cartilhas digitais (com principais fases de uma emergência em febre aftosa) disponibilizados no site do ADAPI, juntamente com o Plano de Contingência; 2) Vídeos técnicos curtos explicando o Plano de Contingência para	SVO

			febre aftosa e disponibilizado no site da ADAPI.	
	Produtores e trabalhadores rurais e demais profissionais do setor privado envolvidos na ação de contingência, em caso de ocorrência de febre aftosa	Todos os envolvidos terão conhecimento de todo o processo (fases) quando da ocorrência de febre aftosa.	• Infográficos digitais e impressos com resumo das principais fases de uma emergência em febre aftosa, com foco no fundo de indenização, disponibilizado aos produtores, trabalhadores do campo e sindicatos rurais. • Vídeos voltados para a comunidade em geral explicando as fases e os procedimentos quando de um foco de febre aftosa. • Conteúdo informativo com perguntas e respostas sobre procedimentos em caso de ocorrência de febre aftosa (disponibilizados nos sites dos órgãos).	Setor produtivo
Implantação e implementação do FUNDAPI	Produtores Rurais	Os produtores rurais contribuirão financeiramente	1) Cards e vídeos curtos destacando a importância da contribuição e	Setor Produtivo

		com o Fundo de Emergência	explicando utilidade do valor do valor investido. 2) Spots em rádios de forma a manter o FUNDAPI em evidência e estimulando as contribuições. 3) Mídias como outdoor ou outras similares.	
--	--	---------------------------	--	--

*SOCO: Abreviação de “Single Overarching Communication Outcome”. Para maiores informações: https://www.gov.br/agricultura/pt-br/assuntos/sanidade-animal-e-vegetal/saude-animal/programas-de-saude-animal/raiva-dos-herbivoros-e-eeb/manualemportugues_fevereiro_12_02_2020.pdf

Estratégia 8.4 Transição para zona livre sem vacinação				
Tema	Público-alvo	*SOCO	Materiais	Responsável
Zona livre sem vacinação	SVO	Os colaboradores do SVE cientes de todo o andamento do planejamento estratégico do PNEFA.	1) Infográficos sobre as etapas para reconhecimento como zona livre sem vacinação.	SVO
	Produtores Rurais	Os produtores rurais serão conhecedores de suas responsabilidades para o reconhecimento do Estado como Zona Livre sem Vacinação (ZLSV).	1) Spots rádio; 2) VT para mídias sociais e TV; 3) Cards informativos sobre as responsabilidades e benefícios da ZLSV; 4) Mídias OOH (out of home) monitores digitais.	Setor Produtivo

*SOCO: Abreviação de “Single Overarching Communication Outcome”. Para maiores informações: https://www.gov.br/agricultura/pt-br/assuntos/sanidade-animal-e-vegetal/saude-animal/programas-de-saude-animal/raiva-dos-herbivoros-e-eeb/manualemportugues_fevereiro_12_02_2020.pdf

10 MONITORAMENTO E AVALIAÇÃO

Realizar avaliações trimestrais com a finalidade de verificar as estratégias e mensurar os resultados, bem como redefinir o direcionamento do plano de comunicação.

Nos acompanhamentos deverão constar o alcance obtido com as publicações em redes sociais (aquelas cuja mensuração seja factível) e o desenvolvimento das ações previstas neste plano.

11 PRAZOS

A execução do plano ocorrerá a partir de dezembro de 2023, de acordo com as tabelas 2 e 3 deste plano.

A elaboração das peças publicitárias ficará a cargo do Grupo Gestor do PE-PNEFA do Piauí, Coordenação de Educação Sanitária da ADAPI, Secretaria de Assistência Técnica e Defesa Agropecuária – SADA, Secretaria de Comunicação do Estado do Piauí e do Setor produtivo do estado.

Tabela 2 – Fases de Realização

FASE	PERÍODO DE REALIZAÇÃO
1	DEZEMBRO A FEVEREIRO
2	MARÇO A MAIO
3	JUNHO A AGOSTO
4	SETEMBRO A NOVEMBRO

Tabela 3 – Cronograma para elaboração e distribuição das peças de comunicação

Estratégia 8.1 Vigilância				
Tema	Fase 1	Fase 2	Fase 3	Fase 4
Inspeção Clínica dos Animais	x	x		
Notificação	x	x	x	x
Mês Nacional da Saúde Animal			x	
Estratégia 8.2 Monitoramento dos fatores de risco				
Monitoramento de propriedades de risco	x	x	x	x
Georreferenciamento das propriedades	x	x		
Estratégia 8.3 Preparação e atuação em casos de ocorrência				
Situação de emergência			x	x
Implantação e implementação do Fundo de Saúde Animal	x	x		
Estratégia 8.4 Transição para zona livre sem vacinação				
Zona livre sem vacinação			x	x

12 REFERÊNCIAS

BRASIL, Ministério da Agricultura Pecuária e Abastecimento. Gabinete do Ministro. **Instrução Normativa n. 28, de 15 de maio de 2008**. Institui o Programa Nacional de Educação Sanitária em Defesa Agropecuária. Diário Oficial da União. Brasília, 16 maio 2008, n.93, Seção1,1 2p.Disponível em: <<http://www.indea.mt.gov.br/-/6099345-educacao-sanitaria?ciclo=>>. Acesso em: 05 jun. 2023.

BRASIL, Ministério da Agricultura Pecuária e Abastecimento. **Plano Estratégico 2017-2026**, versão atualização 2019, Brasília, DF, 2019. Disponível em: <https://www.gov.br/agricultura/pt-br/assuntos/sanidade-animal-e-vegetal/saude-animal/programas-de-saude-animal/febre-aftosa/vacinacao/Plano_estrategico_versao_2019pt.pdf>. Acesso em: 01 set. 2023.

BRASIL. Instrução Normativa n. 48 de 14 de julho de 2020 aprova as diretrizes gerais para a vigilância da febre aftosa com vistas à execução do Programa Nacional de Vigilância para Febre Aftosa (PNEFA). Brasília, 15 jul.2020a. Seção 1, p. 2 – 4. Disponível em: <<https://pesquisa.in.gov.br/imprensa/jsp/visualiza/index.jsp?data=15/07/2020&jornal=515&pagina=2&totalArquivos=150>>. Acesso em: 28 ago. 2023.

BRASIL.Ministério da Agricultura Pecuária e Abastecimento.**Plano de Vigilância para Febre Aftosa: Secretaria de Defesa Agropecuária**. – Brasília: MAPA/AECS, 2020b. Disponível em: <https://www.gov.br/agricultura/pt-br/assuntos/sanidade-animal-e-vegetal/saude-animal/programas-de-saude-animal/febre-aftosa/Plano_12951936_Plano_de_Vigilancia_para_Febre_Aftosa_1a_Edicao_2020.pdf>. Acesso em: 20 ago. 2023.

BRASIL.Ministério da Agricultura Pecuária e Abastecimento. **Plano Nacional de comunicação do Programa Nacional de Vigilância para febre aftosa – PNEFA**. – Brasília: MAPA 2022. Disponível em:https://www.gov.br/agricultura/pt-br/assuntos/sanidade-animal-e-vegetal/saude-animal/programas-de-saude-animal/febre-aftosa/educacao-e-comunicacao-febre-aftosa/material-de-divulgacao/pnefa/copy_of_PlanoNacionaldeComunicacaoPNEFA.pdf . Acesso em: 11 out. 2023.

BRASIL. Ministério da Agricultura Pecuária e Abastecimento.**Ficha Técnica da febre aftosa:** SISBRAVET, 2020c. Disponível em: <http://sistemasweb.agricultura.gov.br/pages/fichas_tecnicas/Ficha_Tecnica_Febre_Aftosa_jan20.pdf> . Acesso em: 01 set. 2023.

IMPROTA, C.T.R. **O Processo Educativo nos Programas de Saúde Animal**. Teresina, 1º Curso de educação sanitária – fase II da ADAPI, 2010.

IMPROTA, C.T.R. **O Processo Educativo nos Programas de Saúde Agropecuária e Ambiental**. Módulo de Educação Sanitária, São Luís, Curso de Mestrado Profissional da UEMA, 2020. Disponível em CD.

MAUADJ. R. C.; BURATOM.; SALMORIAC.; LOMBAK. S.; VEZOZZOR.; SCHRODERY.; VIEIRAM. B. A educação sanitária para a promoção da saúde humana e animal como medida preventiva contra doenças infecto-parasitárias. **Revista de Educação Continuada em Medicina Veterinária e Zootecnia do CRMV-SP**, v. 11, n. 3, p. 49-50, 2013. Disponível em: <<https://www.revistamvez-crmvsp.com.br/index.php/recmvz/issue/view/1317/18>> Acesso em 05 jul. 2023.

PIAUÍ. Agência de Defesa Agropecuária do Piauí – ADAPI. **Relatório da Primeira Etapa da campanha de vacinação contra a Febre Aftosa em 2023.** Teresina, agosto/2023.